

Tréplica a: **"O ofício acadêmico: singular ou plural?"**, de Antonio Virgílio Bittencourt Passos

SER OU ESTAR ACADÊMICO?

Maria Ester de Freitas*

Primeiramente gostaria de agradecer à Revista O&S pela oportunidade ímpar de não apenas expressar as minhas idéias de forma ensaísta, mas de debater com um colega tão competente e perspicaz quanto o Prof. Antonio Virgílio alguns pontos que podem alimentar ou refinar a reflexão sobre o exercício de nossa profissão, no atual contexto sócio-organizacional. Em segundo lugar, gostaria de agradecer muitíssimo ao Professor Virgílio pela disponibilidade, o zelo e o cuidado expressos no seu texto-réplica acima referenciado, por meio do qual ampliei vários aspectos da minha própria análise.

Considero que um autor é respeitado quando tem o seu trabalho lido, criticado, debatido, pontuado, complementado ou ponderado e não quando dele têm-se apenas elogios. Os elogios são bem-vindos, é claro, mas somente quando eles, realmente, significam que o trabalho provocou a reflexão que pretendia evocar. Entendo, contudo, que dificilmente a reflexão ocorre sem certa esgrima intelectual com o autor e seu texto; confesso que na maioria das vezes acho essa esgrima deliciosa. Por essa razão, tem ainda mais méritos, aos meus olhos, a réplica feita pelo Prof. Virgílio, pois se ela traz alguns elogios, também traz argumentos consistentes que contestam algumas de minhas assertivas, pontuam aspectos negligenciados no meu texto e assinalam, com muita pertinência, outras possibilidades interpretativas para o objeto em questão.

Esta tréplica retomará o diálogo com o texto do Prof. Virgílio basicamente em três pontos que me parecem mais promissores de novas explorações: a) carreira ou carreiras? b) um perfil ou perfis acadêmicos? c) o trabalho acadêmico e a saúde desse trabalhador.

Parece-me bastante apropriado esclarecer as circunstâncias do nascimento do meu texto original, bem como declarar o meu interlocutor oculto. Essas idéias foram dirigidas originalmente, em forma de palestra, a uma turma do seminário de pesquisas da linha Estudos Organizacionais, do Curso de Mestrado e Doutorado em Administração de Empresas da EAESP/FGV, no início de 2007, ministrado pelo Prof. Thomaz Wood. Vez por outra sou convidada por meus colegas do programa de pós-graduação da Escola a fazer palestra aos alunos recém-admitidos, sobre alguns pontos que discuto em meu pequeno livro "Viva a tese", dirigido especificamente a esse público. Como os alunos desta classe já tinham assistido a uma aula minha em que algumas idéias do "Viva a tese" haviam sido expostas, propus ao meu colega falar um pouco sobre a minha visão da profissão que aqueles alunos estavam pensando em seguir. A meu ver, é bastante evidente a ligação entre ser um aluno de mestrado e, principalmente, de doutorado, e ser aspirante à vida acadêmica profissionalmente. Sempre haverá um ou outro diletante, mas não creio que esta seja a finalidade desses programas, tampouco que seja a maioria de seus matriculados, pelos menos não na classe a que me refiro.

Creio que são poucos os alunos que sabem, exatamente, em que ambiente estão entrando quando optam pela carreira acadêmica; e arrisco-me a dizer que muitos têm dela uma visão bastante idealizada ou, até mesmo, romântica. As razões da escolha podem variar bastante, mas não é incomum que seja citada – inclusive na entrevista de admissão – a importância enorme que um ou vários professores tiveram na vida desse aluno, o que reforça a idéia de figuras identificatórias fundamentais.

Quanto à minha visão da carreira, ela é fundada na prática docente de mais de 2 décadas, exercida em duas universidades federais, atualmente, na FGV-EAESP e, também, em educação executiva, na qual ministrei alguns cursos, mas que remota ao tempo em que exercia uma carreira de consultora no sistema Sebrae, antes de decidir-me, exclusivamente, pela academia. Portanto, para mim, é clara a diferença entre atuar como professora junto a um público de cursos de extensão e o público dos cursos *stricto sensu*, que – salvo engano – por definição, objetivam preparar futuros professores e pesquisadores. Da mesma forma, por ter ministrado aulas nos cursos de graduação em todas as instituições em que trabalhei, tenho grande apreço por todos os colegas que se envolvem com a enorme tarefa de formar profissionalmente jovens que, na maioria das vezes, são tão confiantes, cheios de energia, conscientes de serem portadores do futuro e, também, exigentes, destemidos e apressados.

Aliada a essa experiência prática, gosto de pensar que tenho um senso de observação relativamente acurado e, como sempre gostei de estudar, dediquei (e dedico) parte do meu tempo de estudos a observar os professores que considero como mestres no que fazem. Nesse sentido, sou uma pessoa de muita sorte, pois sempre convivi com grandes mestres que me inspiram com o seu exemplo, sua dedicação à *causa* e, não raro, com o brilhantismo de suas idéias. Aqui, reconheço claramente um processo de clivagem na separação que faço entre os bons e os maus profissionais nesse campo (que existem, como em qualquer outro campo). Decididamente, eu não perco o meu tempo analisando os maus profissionais, apesar de saber que poderia também aprender com eles sobre coisas que eu não deveria fazer na minha própria prática. Mas, gosto de ir direto à fonte. Assim, bebo direto dos que considero os meus grandes mestres com os quais convivi e que me serviram de modelos de identificação positiva, estejam eles vivos ou mortos.

Com isto quero dizer que baseei muito dos meus argumentos em vivências, observações e conversas colhidas de professores e colegas ao longo de minha própria experiência empírica e não em compêndios dedicados à área que, certamente, me farão muito bem conhecê-los. Conquanto essas fontes não possam ser consideradas exatamente como os sujeitos de uma pesquisa formal, tampouco as vejo como irrelevantes ou que devam ser declaradas como meras contingências que favorecem *uma generalização fácil ou estereotipada*, sob risco de eliminarmos toda a possibilidade de alguém usar a sua própria experiência para fundamentar a sua visão sobre qualquer coisa. Se a experiência de vida não vale nada, se a memória deve ser declarada morta e imprópria como uma base para conhecimentos, então estamos declarando que conhecimento válido é apenas aquele oriundo da comprovação científica, o que – convenhamos – é bem redutor mesmo no espaço acadêmico. Nesse espaço, a história de vida ou a narrativa de vida é, hoje, considerada um método de pesquisa qualitativa validado. Reconheço, aqui, os limites do uso das minhas informações no que tange tanto à aplicação de tal método como fonte formadora de minha própria opinião.

Esta rápida contextualização não pretende enveredar pelos meandros da epistemologia, mas busca responder às indagações do Prof. Antonio Virgílio sobre *"a quem se aplica esse conjunto de idéias?" "delimitar de que ofício acadêmico a autora está falando"*, que entendo ser o centro do seu debate. Ora, conquanto eu não tenha explicitado qual o meu interlocutor nesse diálogo, eu declarei explicitamente de que carreira eu falo ao dizer: *"a carreira acadêmica, aqui entendida como um conjunto de atividades relacionadas ao ensino, a pesquisa, à formação de novos pesquisadores e à publicação técnica (...)"*.

Entendo que o segmento da carreira acadêmica que exige ou obriga a um envolvimento simultâneo do professor com a pesquisa, a publicação técnica e a formação de novos pesquisadores é o segmento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no qual a atividade de ensino, por si só, é insuficiente; e a orientação de alunos é a espinha dorsal no parto de pesquisadores futuros. É certo que não declarei a qual programa eu estava me referindo, mas como estão todos sob avaliação da Capes, com base nos mesmos critérios, e uma vez que estes são de conhecimento público, me pareceu desnecessário apontá-lo.

Entendo, também, que existe uma curiosidade saudável e bem-vinda da parte dos alunos em relação à carreira tal como exercida pelos professores dos programas pelos quais optaram, o que poderia ajudá-los a construir projeções ou base para comparações sobre as suas futuras escolhas, seja em relação às possíveis instituições às quais se candidatarão, seja em relação ao exercício pleno das atividades que eles acompanharam mais de perto, como as aulas e a orientação à pesquisa.

Por outro lado, o prof. Virgílio está certíssimo ao dizer, e o faz de maneira irretocável, que o ofício acadêmico é um mosaico heterogêneo em relação à complexidade e à diversidade dos contextos institucionais. Eu acrescento: aos quais se associam diferentes níveis de qualidade e compromissos. Ora, é inquestionável que temos motivos para aplaudir o crescimento do acesso à educação universitária nos últimos anos, mas também temos motivos para esperar que sejam corrigidas diversas irregularidades e anomalias na oferta de cursos de todas as matrizes do saber. Desejamos, ao menos alguns de nós, que a qualidade seja uma meta sempre a ser perseguida pelas instituições fornecedoras e pelas agências reguladoras dessas atividades.

Também está certo o Prof. Antonio Virgílio ao pontuar que uma parte considerável dos professores envolvidos em cursos de graduação não se envolve pesquisa. DE fato. Mas apesar de, a rigor, eles não serem exigidos a realizar pesquisas e publicar, nada os impede de se envolverem com essas atividades e de frequentarem os congressos da área em que atuam, para se manterem atualizados sobre o que se faz no país. Da mesma forma, nada os impede de orientar trabalhos de conclusão de curso ou projetos de iniciação à pesquisa científica ou outros que os alunos almejem. Mas, reconheço que algumas instituições se não os impedem, também não os estimulam e, aí, pode imperar a lei do menor esforço.

Também merece menção os professores que desenvolvem uma carreira em Y, atuando tanto na docência como na gestão universitária ou no próprio mercado empresarial, fazendo um vai-e-vem de teoria e prática, na maioria das vezes muito útil aos alunos. Certamente existirá aí um terreno fértil para uma série de tensões - entre esses e aqueles que se dedicam também à pesquisa e à publicação - fundada em muitos motivos, inclusive os relacionados à remuneração desses últimos e ao tempo necessário para vingar publicamente os resultados do uso de seu tempo. Em certas situações admite-se, mesmo, certo ressentimento pelo fato de os que se envolvem com pesquisa e publicação poderem se sentir como os grandes responsáveis pelos bons resultados de avaliações formais de produtividade, tão necessários aos credenciamentos ou re-credenciamentos nacionais e internacionais. Tais credenciamentos valorizam o *curriculum* dos que estão no mercado, mas que não lhes garante maiores reconhecimentos monetários por parte de suas instituições. Cada vez mais a idéia de uma "vocação" franciscana para a carreira acadêmica se distancia das reivindicações de uma remuneração justa e compatível com a formação do profissional, ainda que seja aceito sem maiores resistências o fato de que muitas atividades consumidoras de tempo são desenvolvidas sob anonimato e sob a rubrica "cortesia acadêmica".

Sem dúvida, existe uma diversidade de formatos organizacionais no setor da educação superior, e estes condicionam os vínculos que os ligam aos seus clientes e profissionais, fazendo com que a carreira de professor, em alguns casos, não seja sequer uma carreira, mas apenas um emprego. A profissão de professor, não raro nesses casos, se esgota no exercício de atividades exclusivas de ensino, geralmente exercidas de forma apressada, com descuido, sem preparação, sem exigências, sem zelo e sem estímulos que provoquem respostas por parte dos alunos ou desejo e possibilidade do professor se dedicar mais intensamente ao seu *métier*. Esse quadro não pode ser atribuído, meramente, à negligência ou à indolência do professor, mas especialmente à falta de compromisso por parte dessas instituições e de fiscalização por parte dos órgãos reguladores, que não as obrigam a cumprir o que é parte do acordo para o seu funcionamento.

No pior cenário, o professor não é um professor senão um "auleiro", que não tem voz em nada do que se relaciona ao seu trabalho em classe; é um garoto bem

mandado e obediente, com um *syllabus* numa mão e um cronômetro na outra, sem saber se, no próximo semestre, continuará o seu trabalho. Nesse caso, o infeliz professor não conta com nenhum apoio ou esmero institucional, e essa ausência se evidencia na lógica da extração máxima de lucro por aluno, manifesta em salas de aula abarrotadas de pessoas que, desestimuladas,, apenas se preocupam em acabar logo com aquele martírio e ter, rapidamente, o tal papel, que o legitimaria para alguma atividade, aos olhos de quem exige diplomas para exercício ou promoção profissional. Nesse cenário de realismo cruel, o professor, destituído de autoridade, paixão, respeito e brio, obedece sem revolta aos desmandos oriundos da ausência de coordenação e valores institucionais, cedendo à chantagem da manutenção do emprego no qual o seu empregador lhe diz que aluno é o cliente e, por isso, já que paga, tem sempre razão. Nada de criar confusão com presenças, trabalhos e notas!

Não desconheço que essa realidade crua e triste poderá vir a ser a de alguns dos alunos de nossos programas de pós-graduação que, tão logo se formem, tenham que se submeter a condições de trabalho extremamente permissivas e perversas, para começar a sua vida profissional. Esta é – reconheço – uma outra face de um *métier*, na qual a exigência de uma elevada titulação serve apenas para fornecer álibis na demanda por credenciamento, manutenção ou elevação de *status* pelas agências classificadoras e reguladoras do setor. Sem dúvida, esta é uma possibilidade triste no exercício de nossa profissão que cresce vertiginosamente e que configura o setor da educação superior como um bom negócio, não da China, mas do Brasil.

Não disponho de dados, mas é lícito supor – com base em uma extensa literatura sobre motivação e qualidade de vida no ambiente de trabalho – que um profissional que exerce a sua atividade sob essas condições não priva de muitos motivos para construção ou reforço de sua auto-estima profissional ou que a sua atividade lhe seja fornecedora de orgulho, reconhecimentos e bem-estar. É, também, lícito desconfiar que esse profissional se submeta a tais condições aviltantes por vocação; exceto, se se tratar de uma “vocação” eminentemente masoquista. O fato é que esse mercado de emprego professoral ou “auleiro”, o qual se marca pela quantidade, coloca-nos diante do desafio de buscar a melhoria constante da qualidade do que ensinamos e o constante aprimoramento da capacidade crítica de nossos alunos, de forma que eles próprios almejem e busquem, sem trégua, uma vida profissional mais rica e plena, de maneira que não se conformem com esse pouco, ou nada, de algo tão importante na vida como é o trabalho; e, ainda que lutem sempre pelo reconhecimento a que têm direito, quando fazem bem os seus trabalhos.

Quanto aos perfis, concordo que eles variam tanto quanto os tipos de atividades a que o profissional está ligado e ao contexto institucional em que ele se insere. O único perfil que eu pessoalmente tenho enormes ressalvas, inclusive morais, é aquele que diz: “*gosto muito de ser professor, mas detesto alunos*”. Talvez por alguma teimosia empedernida ou um conservadorismo renitente, não posso compreender um profissional que lida com público não gostar de público ou de estar com esse público. Isso não significa ser um animador de auditório ou um candidato ao troféu simpatia ou o dono do palco para fazer gracinhas. Como alguém que detesta alunos pode entrar, seguidamente, em salas de aula e dar boas aulas? Seria interessante investigar...

Da mesma forma, eu creio profundamente que o trabalho de um pesquisador implica em duvidar, em criticar, em esmiuçar, em querer esclarecer, em perguntar, em ser um pouco advogado do diabo; daí, debater é, a meu ver, parte intrínseca do processo, e isso ocorre em diferentes arenas, inclusive nos congressos da área entre os pares. Óbvio que estou me referindo aos profissionais que, além de pesquisar, publicam os seus achados e participam de congressos. Por outro lado, não acredito que se faça pesquisa só para si, pois até quem escreve escondido um diário, espera que este um dia seja encontrado e lido. Concordo, todavia, com o prof. Virgílio sobre necessitarmos de maiores pesquisas sobre que atributos podem ganhar mais ou menos saliências nas diferentes possibilidades de realização da vida acadêmica.

Aqui convém esclarecer que, quando me referi – como um dos aspectos positivos na carreira – ao fato de a academia permitir que se exponham os “delírios e caprichos”, quis considerar que a atividade de pesquisa nasce de interrogações e de inquietações, as quais merecem atenção e não devem ser descartadas imediatamente, sem um exame – mesmo que rápido – de sua possibilidade de dar um “samba”.

As perguntas são passíveis de serem expostas e, muitas vezes, delas podem nascer *insights* significativos. Os embriões de pesquisa, em geral, podem ser absurdos, sem lapidações e mesmo descaminhados; eles nascem da falta de censura que nos permite arriscar perguntas sem a preocupação se estas são relevantes ou não naquele momento; como toda atividade criativa, creio que esta também “nasce” sem camisa de força.

Essas observações são totalmente fundadas em intuição, e reconheço que esta não é muito popular na academia. Contudo, apesar de ter lido muitos manuais de metodologia de pesquisa e sobre os aspectos formais da pesquisa, nunca li nada sobre como nascem e de onde vêm as idéias que alimentam a lista de temas que despertam o nosso desejo em pesquisar. Compreendo que, para se ter idéias, é preciso se conhecer, minimamente, alguma coisa sobre o assunto e querer aprofundá-lo. Tenho claro que a curiosidade é a matéria-prima essencial da pesquisa e que só depois se consegue contextualizá-la e dar sentido ao desejo de realizá-la, mas não é algo claro quando o enredo está sendo tecido. Portanto, não quis sugerir que o *non sense* impera na pesquisa quando ela já está formulada e nem que os financiadores de pesquisas aceitem qualquer coisa sem julgar-lhe a pertinência, rigor e relevância.

Pode até ser que alguns pesquisadores já iniciem os seus trabalhos com uma questão bem formata, sem retoques, sem rumações, sem senões, absolutamente pronta para o exame rigoroso dos cânones da área; eu, sinceramente, nunca vi, mas isto não quer dizer nada. Também nunca vi um orientando chegar com uma proposta de tese, que não mereça reparos, questionamentos, discussões e rumações e sem subterrâneos escavados. Assumo, aqui, o meu lado artesanal como pesquisadora e orientadora, como também a minha veia apaixonada ao acreditar que o pesquisador tem que possuir um interesse genuíno em querer saber sobre o que se propõe a investigar. Ele, até, pode pesquisar algo que não o interessa, apenas por razões absolutamente pragmáticas e momentâneas, mas arrisco-me a insinuar que não será um trabalho digno de registro ou poderá ser um trabalho metodologicamente correto, porém sem vida.

Quanto aos possíveis impactos do trabalho acadêmico sobre a saúde do profissional, o Prof. Virgílio apresentou uma exposição muito rica e analítica de vários aspectos fundamentais. Creio que ele está em melhor posição do que eu para tratar desse tema, pois se trata de um profissional de área de Psicologia e um pesquisador dedicado ao seu trabalho; certamente, os argumentos do meu colega são bastante sólidos e confiáveis. Confesso que fiquei bastante interessada em conhecer os resultados finais da pesquisa que o prof Virgílio e seu grupo vêm desenvolvendo sobre o docente brasileiro. Acredito, também, que será extremamente útil o acesso aos resultados definitivos desse trabalho para melhor compreender a complexidade do exercício docente e suas vinculações diversas, bem como a sua comparação com os dados sintetizados no documento da UNESCO sobre alguns países da América Latina, referenciado no texto-réplica, que aparentemente sinalizam a erosão da saúde daqueles profissionais.

Apenas a título de ilustração, gostaria de mencionar uma reportagem na revista *L' Express*, publicada há alguns anos na França, sobre *stress* profissional. Segundo o *ranking* das profissões consideradas mais estressantes, os cinco primeiros lugares eram dedicados: 1) juiz de vara de família, que decide com quem ficam as crianças de pais divorciados; 2) médicos; 3) professores de todos os níveis; 4) policiais; 5) jornalistas. É evidente que não se podem usar esses dados sem conhecer maiores detalhes sobre a metodologia e os interesses envolvidos nessa pesquisa, bem como se atentar para todas as questões de contexto cultu-

ral e histórico etc. Mas, confesso que, na época, fiquei bastante surpresa em ver a minha profissão figurando em um terceiro lugar e as razões que explicavam essa classificação.

Essas razões estavam bastante relacionadas com o que vários analistas sociais chamavam de uma crise de identidade ou crise no processo de identificação dos indivíduos, face às mudanças aceleradas ocorridas no contexto social nos últimos anos. Tais mudanças teriam provocado uma perda de vínculos e valores sustentados por instituições tradicionais, tais como a família, a escola e a universidade, a igreja, o estado etc. No caso particular da escola, esta estaria sendo muito afetada pelas mudanças na família, particularmente aquelas provocadas pela inserção da mulher no mercado de trabalho e pelos novos arranjos familiares, que abriam espaço não apenas para a perda da autoridade parental, mas a transferência de uma série de obrigações que era da família para o universo da escola. Os professores de diversos níveis diziam sentir-se sobrecarregados de responsabilidades para as quais não se encontravam preparados. Quanto às instituições, estas tinham perdido a clareza de quais eram os objetivos e os valores que deveriam sustentar. No nível superior, os professores reclamavam ainda de fortes cobranças de produtividade, submissão ao ritmo da máquina e à lógica da empresa privada.

Ora, volto a insistir que esses motivos não podem ser vistos como sendo equivalentes aos que vigem nas instituições brasileiras, mas eles podem nos fornecer pistas importantes para uma maior compreensão dos impactos que a profissão sofreu nos últimos anos. Talvez existam trabalhos feitos sobre esse cenário de mudanças e as suas influências em seus vários níveis, bem como os compromissos institucionais envolvidos, que desconheço. Como adianta o Prof. Virgílio, a sua pesquisa parece sinalizar um comprometimento maior dos docentes com a sua carreira que com as instituições em que a exercem. Esse dado parece coincidir com o que dizem as empresas a respeito da falta de comprometimento das novas gerações para com o seu empregador, sendo que tais profissionais dedicam a sua lealdade basicamente à carreira, mas não à empresa. Seria interessante um estudo que aprofundasse essa trilha.

Em relação especificamente aos possíveis impactos sobre a saúde dos docentes, seria muito útil se todas as instituições de ensino abrissem os seus arquivos médicos para pesquisa. Muitas instituições exigem de seus profissionais a realização de *check-ups* anuais, que poderiam servir de base para um estudo longitudinal de profundidade. Entendo que é sempre muito difícil e complicado se definir se existe umnexo causal das doenças, especialmente as psicossomáticas, como resultante do trabalho, mas históricos médicos de longos períodos podem fornecer excelentes informações que permitam aumentar as margens de segurança nesses estudos e ajudar a construir alternativas para minimizar os efeitos diversos na realização do nosso trabalho, tão útil à sociedade.

Finalizo agradecendo, mais uma vez, à O&S e ao colega Antonio Virgílio pela possibilidade deste rico debate sobre um assunto que me parece tão pouco explorado e que nos é tão caro, visto tratar-se de nossa própria vida. Não é muito comum sermos o objeto e o sujeito da própria pesquisa; não é muito comum falarmos em voz alta sobre aspectos da essência do nosso próprio trabalho. Por que será?